

## Contribuições à Consulta Pública organizada pela Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto

Daniel Annenberg

Em outubro de 2020, participei da [consulta](#) promovida pela Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto acerca de 9 recomendações para impulsionar a agenda no Brasil até 2025.

As 9 recomendações são uma revisão da Carta de Princípios elaborada em 2015, com o objetivo de construir respostas aos novos desafios enfrentados pela agenda. A elaboração e divulgação de Recomendações para o ecossistema é uma das principais estratégias da Aliança para apoiar o fortalecimento de negócios e investimentos de impacto no Brasil.

Criada em 2014, a [Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto](#) é uma iniciativa da sociedade civil que identifica, conecta e apoia temas e organizações estratégicas para o fortalecimento deste campo no Brasil. A Aliança pelo Impacto também ocupa cadeira no [Comitê da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto - FNIMPACTO](#), órgão deliberativo e consultivo responsável pela articulação nacional da agenda de impacto.

Na consulta, dei prioridade às recomendações que abordam a importância dos ecossistemas locais de impacto e dos negócios de impacto existentes em territórios vulnerabilizados. Minhas contribuições foram fruto dos aprendizados gerados durante a consulta pública e a formulação do Projeto de Lei nº 437/2020, de minha autoria, que tem como objetivo instituir a Política Municipal de Fomento a Investimentos e Negócios de Impacto.

Ressaltei como é essencial enxergar os municípios como espaços estratégicos para inovação e expansão dos ecossistemas de impacto. Além disso, também fiz sugestões para enfatizar que é crucial que a agenda de impacto esteja fortemente conectada ao objetivo de redução de desigualdades e de desenvolvimento sustentável. Por fim, fiz considerações sobre qual papel o poder público pode desempenhar nessa agenda.

Como aprendizado da participação na consulta, renovo minha convicção de que o diálogo e a troca de experiências são peças-chave para o desenvolvimento do ecossistema de impacto, que pode contribuir significativamente para a construção de cidades mais simples e inclusivas.

## Contribuições do mandato à Recomendação nº 02: Ecossistemas locais de impacto

- **Parte 1: Justificativa e diagnóstico**

- **Por que o tema é importante:** Sugere-se que seja frisado que o desenvolvimento e o fortalecimento de ecossistemas locais de impacto constituem uma estratégia central para garantir a capilarização e expansão do ecossistema brasileiro de impacto - especialmente se lembrarmos que o Brasil é um país extremamente desigual e diverso (socialmente, economicamente, culturalmente), que as necessidades e problemas sociais que podem ser endereçados pelos negócios de impacto em cada território também possuem especificidades locais e, por fim, a autonomia conferida aos entes municipais e estaduais no Brasil. Por tais motivos, é fundamental adotar uma abordagem “bottom-up”, que valorize o protagonismo dos atores locais no processo de desenvolvimento e expansão do ecossistema e de estruturas de governança locais de modo orgânico e aderente às necessidades locais. Essa visão sobre o âmbito local também facilita e impulsiona os atores locais como vetores importantes de experimentação e territorialização, capazes de gerar práticas inovadoras de governança local. Isso, obviamente, não impede o reconhecimento da importância das normas, diretrizes e instâncias de coordenação e articulação nacionais, que também são essenciais para o fortalecimento dos ecossistemas locais e padronização mínima de visão e conceitos sobre impacto. A relação entre local e nacional deve ser vista de modo mais dinâmico (como uma governança multinível), a fim de estabelecer uma sinergia que fomente o desenvolvimento de capacidades locais e aprofunde os ciclos de aprendizado em ambas as esferas.

- **Parte 2: Recomendações**

- **Recomendação 1:** Sugere-se trocar “identificação de organizações” por “identificação de organizações, atores governamentais e da sociedade civil”, amplificando o rol de atores.
- **Recomendação 2:** Sugere-se, quanto à definição de trilhas, que haja recomendação no sentido de que elas sejam preferencialmente desenvolvidas com participação dos atores locais que enfrentam os desafios concretos da jornada de amadurecimento de ecossistemas locais de impacto. Além disso, quanto à trilha de “engajamento do setor público”, sugere-se, que seja prevista também a importância de definir quais autoridades serão os interlocutores-chave

para o assunto e, ainda, que sejam criadas instâncias de participação social em nível local para diálogo permanente entre poder público e sociedade civil sobre o tema.

- **Parte 3: Metas**

- **Meta 1:** Sugere-se que a meta seja adaptada para: (i) ao invés de “ao menos 20 organizações, nas 5 regiões do Brasil”, prever, na composição da articulação nacional, ao menos uma organização atuante em cada Estado brasileiro (ao menos 26 organizações), ainda que isso signifique inclusão de organizações sem mesmo nível de amadurecimento e liderança. Isso é fundamental para uma meta associada ao desenvolvimento de ecossistemas locais, especialmente se considerarmos as assimetrias regionais aludidas no diagnóstico. Estabelecer articulações apenas entre quem já está inserido, de modo mais consolidado, nesses circuitos, pode frustrar o objetivo maior que se pretende atingir; (ii) incluir os itens 3 e 4: (3) apoio à elaboração e publicação de balanços locais nas 5 regiões do Brasil, divulgando as principais ações locais para a articulação dos ecossistemas, com apresentação de boas práticas e principais desafios, visando fortalecer o aprendizado sobre dinamização de ecossistemas locais; e (4) apoio à identificação e conexão entre organizações dinamizadores e atores locais embaixadores do ecossistema de impacto que tem potencial para apoiar, por meio de atuação em rede, a dinamização do ecossistema de impacto local. O objetivo da inclusão dos dois itens é prever como meta a criação de instrumentos de planejamento e balanço sobre os ecossistemas locais. A coleta, sistematização e divulgação de informações de forma padronizada por meio de balanços e diagnósticos pode auxiliar no esforço de avaliação da evolução dos ecossistemas e comparação entre estados. **Comentários sobre a meta:** A criação de espaços de troca e amadurecimento é muito importante, como o próprio Comitê da ENIMPACTO demonstra. A meta poderia especificar melhor que tipo de espaço de troca se busca criar: fóruns locais e/ou virtuais para compartilhamento de conhecimentos? eventos, como seminários e painéis? laboratório de impacto (como os laboratórios de inovação de governos, por exemplo?) comitês ou conselhos? Para fortalecer as organizações dinamizadoras é necessário incentivar a construção de espaços de troca de caráter continuado e passageiro ao mesmo tempo. Ainda, ao definir os tipos de espaços de troca, a avaliação do cumprimento da meta meio de indicadores no futuro pode ser facilitada.

- **Meta 4:** Sugere-se a seguinte nova redação: “CONSTRUIR, em todos os estados brasileiros, estratégias subnacionais de apoio a investimentos e negócios de impacto (alinhadas à Enimpecto) e que elas se conectem e interajam através do SIMPACTO, sistema nacional liderado pela Estratégia Nacional.

### **Contribuições do mandato à Recomendação nº 06: Negócios de impacto em territórios vulnerabilizados**

- **Parte 1: Justificativa e diagnóstico**

- Sugere-se que: (i) essa recomendação seja conectada com a Agenda 2030 da ONU, especialmente com o objetivo 10 (redução de desigualdades) e 12 (consumo e produção sustentáveis); (ii) que a recomendação abarque não só apenas a noção de “territórios vulnerabilizados” como também de “grupos vulnerabilizados”, bem como seja enfatizada a ideia de que o protagonismo desses grupos é fundamental para reduzir desigualdades e ampliar o desenvolvimento do ecossistema de impacto. Sugere-se, ainda, que, considerando a realidade brasileira, o rol de “grupos vulnerabilizados” seja ampliado, incluindo também pessoas indígenas, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

- **Parte 2: Recomendações**

- **Sugestão de nova recomendação:** Sugere-se que sejam promovidos estudos e diálogos públicos sobre os desafios específicos enfrentados pelos negócios periféricos e que, a partir deles, sejam elaborados diagnósticos e definidas metodologias e trilhas que possam orientar jornada de amadurecimento desses negócios. Diagnosticar de modo mais preciso esses desafios é fundamental para desenhar ações e políticas específicas para facilitar o desenvolvimento desses negócios.

- **Parte 3: Metas**

- **Meta 1:** Sugere-se que a meta seja adaptada para: (i) ao invés de “ao menos 30 organizações, nas 5 regiões do país” seja previsto “ao menos 40 organizações, distribuídas em todos os Estados brasileiros”, a fim de amplificar o alcance da ação e reduzir desigualdades sem deixar nenhum Estado para trás; (ii) prever que

a contabilização do mínimo de 50% de organizações que tenham lideranças negras e mulheres sejam feitas separadamente para cada um desses marcadores. Além disso, sugere-se inclusão de organizações lideradas por pessoas indígenas na meta.

- **Meta 2:** Sugere-se que a meta seja adaptada para: (i) prever que a contabilização do mínimo de 50% de organizações que tenham lideranças negras e mulheres sejam feitas separadamente para cada um desses marcadores. Além disso, sugere-se inclusão de organizações lideradas por pessoas indígenas na meta.
- **Meta 3:** Sugere-se a adaptação da meta para: ao menos 10 fundos de investimento e plataformas de financiamento coletivos que destinem 50% dos recursos especialmente para fomento a negócios de impacto provenientes de territórios vulnerabilizados e/ou liderados por mulheres, pessoas negras e pessoas indígenas.
- **Meta 4:** Sugere-se a adaptação da meta para: identificar e engajar, em espaços de interlocução (a serem criados em articulação nacional, à semelhança dos espaços de interlocução para amadurecimento das organizações dinamizadoras), atores de governos, institutos e fundações provenientes ou com atuação nos 26 Estados, comprometidos a fomentar organizações que apoiem empreendedores(as) de impacto em territórios vulnerabilizados. A organização de fóruns com reuniões periódicas ou ciclos de eventos de discussão sobre os ecossistemas locais de impacto com institutos, fundações e governos pode gerar aproximação entre atores, compartilhamento de informações, identificação de possibilidades e construção conjunta de estratégias. É importante garantir que haja também participação de empreendedores sociais e organizações dinamizadoras, garantindo a construção democrática dos espaços de interlocução e soluções.